

RELATÓRIO TRIMESTRAL

Estado de preparação e acompanhamento
do processo de acesso do Brasil à OCDE

REFERÊNCIA
JUN-JUL-AGO
2021

CONSELHO BRASIL – OCDE
Secretaria-Executiva do Conselho Brasil - OCDE

CONTEXTO

O Relatório sobre o estado de preparação e o acompanhamento do processo de acesso do Brasil à OCDE tem o objetivo de apresentar aos integrantes do Conselho Brasil-OCDE e demais atores interessados as ações desenvolvidas ao longo do trimestre compreendido entre junho e agosto de 2021. As ações compiladas nesse documento tratam dos seguintes pontos:

- 1. Deliberações do Conselho e Comitê Gestor Brasil-OCDE;**
- 2. Convergência do Brasil aos instrumentos da OCDE;**
- 3. Participação do Brasil na OCDE; e**
- 4. Informações gerais sobre ações de articulação realizadas em diversos níveis.**

1. DELIBERAÇÕES DO CONSELHO E COMITÊ GESTOR BRASIL-OCDE

Entre junho e agosto de 2021, período de transição ministerial na Casa Civil, foram realizadas duas reuniões do Comitê Gestor do Conselho Brasil-OCDE, cujas principais discussões e deliberações estão apresentadas na tabela abaixo:

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
10ª Reunião do Comitê Gestor 02/07/21 PROCESSO SEI 00020.000467/2021-54	<ul style="list-style-type: none">Aprovação dos Fluxos Orientadores para:<ol style="list-style-type: none">Solicitação de Adesão a Instrumentos Legais Não Vinculantes no Processo de Preparação da Acesso à OCDE;Alteração de Status em Comitês, Grupos de Trabalho e demais Fóruns da OCDE; eContratação de Estudos, Pesquisas e Avaliações entre Pares junto à OCDEApresentação da versão preliminar do Relatório sobre o Estado de Preparação e Acompanhamento do Brasil, para seu Futuro Processo de Acesso à OCDEApresentação de informações sobre o Economic Survey, o novo Secretário-Geral da OCDE e atividades diplomáticas realizadas pelo MRE
11ª Reunião do Comitê Gestor 26/08/21 PROCESSO SEI 00020.001039/2021-49	<ul style="list-style-type: none">2ª Reunião do Conselho Brasil-OCDE (pauta aprovada)Documento “Estratégia de Governo” (aprovado)Cronograma 2021 para reuniões do Comitê e Conselho (aprovado)GTs adidância e GTIs – discussões finalizadas (revogação aprovada)Relatório sobre o Estado de Preparação e Acompanhamento (aprovado)Convite a setoriais para participação das reuniões do Comitê Gestor (aprovado)Estratégia de solicitação de adesão aos Instrumentos Legais (encaminhado)Estratégia brasileira para Reunião do Comitê Ministerial da OCDE (discussões iniciadas)Deliberação acerca de remanejamento de recursos SEREX – Peer Reviews (aprovada)

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
Deliberações por Correspondência Eletrônica	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da adesão ao OECD/LEGAL/0414: Recomendação do Conselho de Diretrizes sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais.

*As principais discussões e deliberações aqui apresentadas não substituem o inteiro teor das decisões conforme constam nas respectivas atas de reunião.

2. CONVERGÊNCIA DO BRASIL AOS INSTRUMENTOS DA OCDE

Com relação às ações de convergência, está em andamento o processo de consolidação das manifestações setoriais para os instrumentos prioritários, conforme critérios vigentes. No trimestre de referência, houve aprofundamento técnico sobre temas relacionados a diversos instrumentos/temas prioritários para o processo de preparação para a adesão do Brasil à OCDE:

Eixo Econômico

NOTA TÉCNICA Nº 13/2021/SEREX/CC/PR	Proposta de Adesão ao Instrumento Legal OCDE/LEGAL/0429: Recomendação do Conselho sobre os Princípios Fundamentais da Regulamentação da Previdência Privada
INFOSEREX Nº 4/2021/SEREX/CC/PR	Ações prioritárias do Eixo Econômico
INFOSEREX Nº 6/2021/SEREX/CC/PR	Código de Liberalização de Operações Correntes Intangíveis - Conselhos Profissionais
INFOSEREX Nº 7/2021/SEREX/CC/PR	Aspectos jurídicos e orçamentários da contratação de peer review da OCDE.
INFOSEREX Nº 8/2021/SEREX/CC/PR	Informações sobre os instrumentos legais da OCDE que possuem relação com o Ministério da Economia
INFOSEREX Nº 9/2021/SEREX/CC/PR	Avaliação do impacto do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF na adesão aos Códigos de Liberalização da OCDE
INFOSEREX Nº 10/2021/SEREX/CC/PR	Avaliação das restrições para atuação de instituições financeiras estrangeiras no Brasil (reciprocidade) na adesão aos Códigos de Liberalização da OCDE
INFOSEREX Nº 11/2021/SEREX/CC/PR	Avaliação da aprovação do PL cambial (PL 5387/2019) na adesão aos Códigos de Liberalização da OCDE
INFOSEREX Nº 13/2021/SEREX/CC/PR	Recommendation of the Council on OECD Legal Instruments Guidelines for Recipient Country Investment Policies relating to National Security
INFOSEREX Nº 15/2021/SEREX/CC/PR	Informações gerais sobre a Segurança Cibernética no Brasil e sua relação com a OCDE

Eixo Socioambiental

NOTA TÉCNICA Nº 09/2021/CGBRO/CC/PR	Proposta de adesão ao Instrumento Legal em revisão pela OCDE “Recomendação do Conselho sobre Acesso e Proteção de Direitos de Propriedade a Dados Não-Clínicos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente e Informações sobre Produtos Químicos”.
INFOSEREX Nº 001/ESA/SEREX/CC/PR	Ações da Advocacia Geral da União (AGU) com impacto ambiental positivo.

INFOSEREX Nº 002/ESA/SEREX/CC/PR	Ações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) do Ministério da Justiça com impacto ambiental positivo.
INFOSEREX Nº 003/ESA/SEREX/CC/PR	Ações do Ministério da Infraestrutura com impacto ambiental positivo.
INFOSEREX Nº 004/ESA/SEREX/CC/PR	Ações do Ministério do Meio Ambiente com impacto ambiental positivo.
INFOSEREX Nº 005/ESA/SEREX/CC/PR	Ações do Ministério da Defesa com impacto ambiental positivo.

Eixo Institucional

NOTA TÉCNICA Nº 06/2021/SEREX/CC/PR	Revisão por Pares sobre Liderança e Capacidade do Serviço Público (Contratação Peer Review OCDE)
NOTA TÉCNICA Nº 06/2021/CGBRO/CC/PR	Proposta de adesão ao Instrumento Legal OCDE/LEGAL/0414: Recomendação do Conselho de Diretrizes sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais.
INFOSEREX Nº 16/2021/SEREX/CC/PR	Ações previstas na Revisão por Pares de Centro de Governo

3. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OCDE

O trimestre de junho, julho e agosto de 2021 compreendeu intenso engajamento do Brasil na OCDE. Entre os destaques, ressalte-se que, com a aprovação, durante a primeira parte da reunião Ministerial do Conselho da OCDE (31.05 e 01.06), da Recomendação da OCDE sobre Neutralidade Competitiva, para a qual o Brasil contribuiu como membro associado do Comitê de Concorrência, o país chegou ao marco de 100 adesões a instrumentos legais da Organização.

Na área ambiental, delegação brasileira participou, nos dias 8 e 9 de junho, das discussões do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Comércio e Meio Ambiente (JWPTE), em que foram debatidos temas como a economia circular, e a relação entre comércio ilegal e crimes ambientais. O GT deverá aprofundar ainda nos próximos meses estudos sobre subsídios a combustíveis fósseis, que buscará estimar o valor do apoio governamental concedido ao setor, e a elaboração de quadro (“framework”) para auxiliar a avaliação prévia de possíveis impactos ambientais advindos de acordos regionais.

Nos dias 16 e 17 de junho, representantes do MRE e do Banco Central participaram da reunião do Grupo de Trabalho do Comitê de Comércio (WPTC), que discutiu, entre outros temas, facilitação do comércio de produtos perecíveis, comércio de serviços, a relação entre comércio internacional e impressão 3D, além de melhorias nas ferramentas de simulação econômica de comércio.

Na sequência da bem sucedida avaliação por pares (“review”) da governança de empresas estatais no Brasil, o governo brasileiro formalizou, em 25 de junho de 2021, interesse em aderir à Recomendação sobre as Diretrizes de Governança Corporativa de Empresas Estatais, aprovada em 2015. O pedido brasileiro está atualmente sob avaliação do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização (WPSOPP), que analisará o tema à luz dos resultados da review, e do compromisso demonstrado pelo Brasil com a implementação das recomendações feitas ao país para alinhar ainda mais suas políticas e práticas à normativa da OCDE.

Por iniciativa da OCDE, foi realizado, no dia 13 de julho, webinar com representantes do Ministério da Economia para aprofundar o intercâmbio sobre as perspectivas para a retomada do crescimento da economia brasileira no pós-COVID-19. O evento insere-se em iniciativa que, com o

apoio financeiro da União Europeia, busca, com base nas conclusões do último Economic Survey do Brasil, identificar recomendações e sugestões de linhas de ação para auxiliar o governo na adoção das medidas necessárias para uma recuperação sustentável. À luz da ênfase atual dada pelo governo à promoção de finanças sustentáveis, foco particular deverá ser dado no exercício ao fortalecimento dessa área.

Ressalta-se que, em decorrência do recesso de verão europeu, os principais foros da OCDE não realizaram reuniões durante o mês de agosto. Como de praxe, as atividades da organização foram retomadas a partir de setembro.

4. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO REALIZADAS EM DIVERSOS NÍVEIS

Dentre as principais ações de interlocução no trimestre, listamos as de maior destaque:

- **EMBAIXADA BRITÂNICA** (Economic Counselor)
- **EMBAIXADA AMERICANA** (Economic Counselor)
- **ABDI**: planejamento de webinar (Tema: Acesso à OCDE)
- **CNI**: participação em webinários temáticos
- **ENAP**: elaboração de curso Online “OCDE: Noções básicas”
- **OCDE, ME**: Peer Review de Reforma Regulatória + workshop
- **ABIQUIM**: convergência aos instrumentos legais OCDE
- **IBGE**: contratação de Peer Review Estatística (Framework)
- **SENACON**: contratação de Peer Review Direitos do Consumidor
- **CONGRESSO NACIONAL**: planejamento de ações temáticas conjuntas
- **SETORIAIS**: convergência OCDE e ações climáticas pré-COP26
- **SEGOV**: operação da plataforma “Participa + Brasil”

DESTAQUES DO TRIMESTRE

PEER REVIEW: Revisão por Pares de Centro de Governo

A Revisão por Pares do Centro de Governo (Peer Review CoG) foi formalizada por meio da contratação do projeto intitulado “*Rumo a um Centro de Governo Integrado e Estruturado no governo federal do Brasil*”, com o objetivo de realizar diagnóstico altamente especializado, capaz de identificar as melhores práticas internacionais de governança pública multinível, além de modelos e instrumentos que possam servir de referência para a consolidação de um Centro de Governo no âmbito federal. O projeto está dividido em fases:

FASE DE AVALIAÇÃO: Diagnóstico e avaliação: aplicação de questionário; entrevistas; e estudo de caso

FASE DE CAPACITAÇÃO: Consistirá na realização, pela OCDE, de oficinas de capacitação lideradas por funcionários e especialistas dos países membros (pares) da OCDE. Os tópicos das oficinas serão definidos pela OCDE em consulta com o Governo brasileiro, com base nos resultados da fase de avaliação.

FASE DE ACONSELHAMENTO: Terá como foco a apresentação, pela OCDE, de recomendações concretas e direcionadas sobre como desenvolver reformas, fundadas nas boas práticas internacionais.

PLANO DE AÇÃO: para implementação de recomendações de curto, médio e longo prazos decorrentes da avaliação (elaborado em conjunto com o governo brasileiro) a realizar-se pelos atores capacitados.

O projeto encontra-se na fase de aconselhamento, onde a SEREX acaba de entregar o comentário Brasil sobre a primeira versão do relatório OCDE sobre a revisão por pares. A próxima fase é a devolução desse

relatório por parte da OCDE, incluindo agora suas recomendações, que está previsto no cronograma para o final de setembro de 2021.

Avaliação da aprovação do PL cambial (PL 5387/2019) na adesão aos Códigos de Liberalização da OCDE

O Projeto de Lei nº 5.387/2019 trata da modernização cambial, foi proposto pelo BCB e representa medida importante que, ao mesmo tempo, simplifica a legislação cambial, dispõe sobre a movimentação de capitais e estabelece diretrizes sobre a compilação de estatísticas macroeconômicas oficiais. Também será um passo importante para que o Real se torne uma moeda conversível, utilizada internacionalmente.

O Projeto de Lei possibilita a adesão do Brasil à OCDE ao revogar os art. 50 e 51 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, cláusulas de reciprocidade que impedem o ingresso do Brasil na OCDE. O Projeto de Lei foi aprovado na Câmara neste ano e enviado ao Senado. A última ação foi a designação do Relator de Plenário, o Senador Carlos Viana, em 11/06/2021.

Workshop Reg-OCDE: Convergência Regulatória às Melhores Práticas Internacionais

Em fevereiro de 2021, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) e a Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil (Serex/CC) lançaram o programa Reg-OCDE. A iniciativa consiste em um conjunto de medidas a serem implementadas pelo Governo Federal com o objetivo de incorporar as melhores práticas recomendadas pela OCDE. O programa surge para promover concorrência e competitividade em distintos setores e atividades, com base no Indicador de Product Market Regulation (PMR) da OCDE.

O objetivo do workshop foi difundir a plataforma de consulta do Programa de Convergência Regulatória à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Reg-OCDE) com vistas a divulgar os canais de manifestação social e o Indicador PMR.

* * *